



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS III
CURSO DE PEDAGOGIA

GLEIZIANY FORTUNATO DE SOUZA

**PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO BILINGUE PARA SURDOS:
GARANTINDO DIREITOS, EFETIVANDO A EDUCAÇÃO!**

GUARABIRA - PB

2014

GLEIZIANY FORTUNATO DE SOUZA

**PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS:
GARANTINDO DIREITOS, EFETIVANDO A EDUCAÇÃO!**

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito para a obtenção do Grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Ms. Aluska Peres Araújo.

GUARABIRA - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S719p Souza, Gleiziany Fortunato de
Processo de alfabetização bilíngue para surdos: [manuscrito] :
garantindo direitos, efetivando a educação! / Gleiziany Fortunato
de Souza. - 2014.

26 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Aluska Peres Araújo, Departamento de
educação".

1. Bilinguismo. 2. Alfabetização. 3. Escola bilíngue. I.
Título.

21. ed. CDD 370

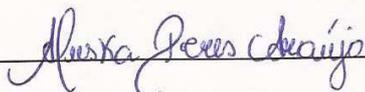
GLEIZIANY FORTUNATO DE SOUZA

**PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: GARANTINDO
DIREITOS, EFETIVANDO A EDUCAÇÃO!**

Trabalho apresentado à Coordenação do
Curso de Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba – UEPB como requisito
para a obtenção do Grau de Licenciada em
Pedagogia.

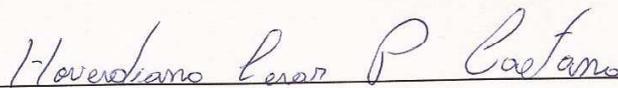
Aprovada em: 05 / 12 / 2014.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Prof.^a Ms. Aluska Peres Araújo

Orientadora



Prof.^a. Hoverdiano Cesar Perreira Caetano

Examinador



Prof.^a. Ms. Rosycléa Dantas Silva

Examinadora

Dedico este trabalho a Deus por nortear a minha vida, a minha orientadora, ao meu namorado, aos meus irmãos e aos meus pais pela compreensão, incentivo, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não irão atender a todas as pessoas que fizeram parte dessa importante fase da minha vida, portanto desde já peço perdão àquelas que não estão presentes entre essas palavras, mas elas podem estar certas que fazem parte do meu pensamento e de minha gratidão.

A princípio gostaria de deixar registrado o meu reconhecimento e agradecimento especial aos meus pais que trazem esculpidos em seus corpos as renúncias e sacrifícios por amor a mim e a meus irmãos, acredito que sem o apoio deles seria muito difícil, talvez impossível, vencer as dificuldades diversas que se apresentaram durante essa trajetória e chegar até aqui, a vocês o meu muitíssimo obrigado!

Registro o meu agradecimento aos meus irmãos, que representam em muitos momentos da minha vida verdadeiros pais, as minhas cunhadas e ao meu namorado pelo constante carinho, compreensão, incentivo e amor.

Reverencio e agradeço a professora Ms. Aluska Peres Araújo por acreditar e incentivar-me a vencer barreiras, pela sua dedicação e pela orientação deste trabalho e, por meio dela, me reporto a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pelo apoio incondicional e contribuição para minha formação, em especial a Professora Rita Rocha pela sua humanidade e compromisso com a educação.

Agradeço também aos professores da banca examinadora pelas contribuições dedicadas a este estudo.

LISTA DE SIGLAS

MEC _ Ministério da Educação e Cultura.

INES – Instituto de Educação de Educação dos Surdos.

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.

PPP – Projeto Político Pedagógico.

AEE – Atendimento Educacional Especializado.

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
1 INTRODUÇÃO.....	09
2 HISTORIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	12
3 BILINGUISMO.....	12
4 ALFABETIZAÇÃO DO SURDO NA CONTEMPORANEIDADE.....	17
5 ALFABETIZAÇÃO DO SURDO EM ESCOLAS BILÍNGUES.....	19
CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS.....	24

PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: GARANTINDO DIREITOS, EFETIVANDO A EDUCAÇÃO!

GLEIZIANY FORTUNATO DE SOUZA

RESUMO

Considerando as diversas dificuldades enfrentadas para podermos oferecer uma escolarização e alfabetização de qualidade para o surdo e levando em consideração que a maioria das medidas tomadas para este fim tem direcionado à exclusão; o presente estudo problematiza a perspectiva da escola bilíngue como o melhor caminho para proporcionar uma verdadeira alfabetização utilizando a língua de sinais – LIBRAS (como primeira língua) e a língua portuguesa escrita no processo educativo do surdo. Através de uma revisão bibliográfica, que segundo MICHALISZYN, TOMASINI, 2009, p. 51, “Trata-se de pesquisa desenvolvida a partir de referências teóricas que aparecem em livro, artigos, documentos, etc”, de autores como: ALVEZ, DAMÀZIO e FERREIRA (2010); GONÇALVES (2012); MACHADO (2009); STUMPF (2008); GONÇALVES, SANTOS (2012) Fernandes (2012) e outros, no período de junho a novembro de 2014, buscamos analisar e refletir o processo de alfabetização destinado às crianças surdas e o quanto esse processo nas escolas bilíngues contribui positivamente, por proporcionar um espaço onde toda a sua estrutura e organização visa priorizar o atendimento ao estudante surdo, para o desenvolvimento social, educacional e profissional do surdo

Palavras-chave: Bilinguismo. Alfabetização. Escola bilíngüe

1 INTRODUÇÃO

De uma educação segregada a uma tentativa de inclusão, muito se tem avançado nos dias atuais.

Os discursos e direcionamentos para uma educação para todos deliberam uma enorme preocupação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em implantar novas diretrizes para preparação de escolas e capacitação de educadores e profissionais em geral, no desenvolvimento de uma escolarização de qualidade para o processo de educação dos estudantes surdos que garanta a prática cultural das comunidades surdas, porém só a preocupação não tem sido suficiente parecendo

acarretar no cenário contemporâneo um ensino fragmentado e segregador dentro das nossas escolas e salas de aula, maquiadas por uma falsa inclusão, pois segundo Srtumpf (2008, p. 24) “Não se pode falar de inclusão se não são postas as condições necessárias”.

Frente a essa perspectiva de uma escola fragmentada alicerçada em bases frágeis no atendimento das capacidades educativas de todos os estudantes, a educação de surdo parece se tornar ainda mais difícil, e nesse véis se insere a padronização da língua como fator de entevamento de uma real inclusão na escola regular.

O uso da língua portuguesa como única forma de linguagem tem sido visto pelo surdo como uma ameaça ao retrocesso visto que ela representa um passado de rejeição e exclusão e apesar da língua de sinais entendida em seu status de língua, está sendo admitida nas escolas, a língua portuguesa oral e escrita ainda se mantém como mais importante nos espaços educativos e sociais, aplicando aos surdos estereótipos que acabam provocando a sua exclusão educacional.

Em virtude disso, parece-nos que os estudantes surdos não querem mais apenas aprender a língua de sinais ou na língua de sinais, querem escolas onde a sua estrutura, organização, recursos humanos e pedagógicos, estejam voltados para proporcionar-lhes a escolarização e o desenvolvimento integral.

Diante disso o presente estudo tem como objetivo problematizar a perspectiva da escola bilíngue como o melhor caminho para proporcionar uma verdadeira alfabetização na língua de sinais (como primeira língua) e na língua portuguesa escrita, acreditando que ela realmente prepara os surdos para o exercício de sua cidadania e efetiva não só o seu desenvolvimento linguístico e educacional, mas o cognitivo, o emocional, o psicossocial, o familiar, o cultural e a formação da identidade das crianças surdas assegurando assim a continuidade de seus estudos nas demais etapas do ensino.

Nesse sentido, buscaremos por meio de uma revisão bibliográfica analisar e refletir sobre o processo de alfabetização destinado às crianças surdas e o quanto a alfabetização nas escolas bilíngues contribui positivamente para o desenvolvimento social, educacional e profissional do surdo.

Acreditamos que essa situação a qual os surdos têm sido submetidos resulta de uma incompreensão do sujeito surdo e das suas verdadeiras necessidades educacionais, segundo Dizeu e Caporali (2005), então acabam usando os mesmos

recursos e metodologias usadas com os ouvintes e os professores que não possuem uma formação que melhor prepare para lidar com os diversos impasses que surgem diariamente ou que não se identificam com a causa e acham que estão fazendo uma “benevolência” ao aceitar um estudante surdo em sua sala de aula.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

É preciso resgatar um pouco da trajetória histórica dos surdos para podermos compreender as lutas que reconfiguraram as diretrizes existentes visando a formação e o respeito à identidade, cultura e garantias de direitos.

De acordo com Veloso e Maia (2009) em suas reflexões sobre a retrospectiva histórica da educação evidenciam que na Antiguidade toda pessoa que apresentasse alguma deformação era condenado à morte ainda bebês, todavia, com os surdos não era diferente.

Ainda segundo este autor, os surdos eram classificados pela sociedade da época como seres incompletos e por isso insignificantes, sem valor algum, incapaz de desenvolver o pensamento, pois argumentavam que o pensamento só podia se desenvolver através da linguagem e que está não poderia se desenvolver sem a fala. Por isso, eram marginalizados ou excluídos da sociedade.

Na idade média segundo Perlin e Strobel (2006), os surdos não eram mais assassinados, porém, continuavam sendo enxergados como seres que não eram dignos de tratamento ou comunicação alguma, eram tidos como sujeitos estranhos, ineducáveis, fenômeno gerador de muita curiosidade pela sociedade, não eram considerados cidadãos, mas sim, aberrações da natureza fruto de castigo advindo da intervenção de Deus ou de outros seres espirituais.

Consequência disso existia leis de negação de direitos, que os proibiam de votar, receber heranças, além dos decretos bíblicos que os proibiam de receber a comunhão e o casamento entre duas pessoas surdas, o que só era permitido àqueles que recebiam a autorização papal (VELOSO e MAIA, 2009).

Ainda na idade média em Roma, depois do código Justiniano, começou-se a distinguir os graus de deficiências auditivas e diferenciar surdez da mudez, além de ordenar que as pessoas que nascessem surdas e mudas não podiam fazer testamentos ou receber heranças.

É nesse período que surgem os primeiros avanços educacionais para o surdo, como o surgimento da primeira alusão à possibilidade de que o surdo pudesse aprender por meio da língua de sinais ou da língua oral, logo em seguida surge a introdução em vários países do alfabeto manual, com as devidas modificações conforme a ortografia e cultura local (GONÇALVES e SANTOS, 2012).

Segundo esse autor, esses registros prescindiram e impulsionaram o surgimento da primeira escola para surdo, criado por Pedro Ponce de León, (considerado o primeiro professor de surdos da história, cujo trabalho serviu de base para diversos educadores de surdo), onde inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia.

Porém, mesmo diante de alguns avanços, no que tange a escolarização dos surdos, ainda não existia um olhar voltado para a carência de uma metodologia diferenciada para o ensino, tampouco existiam indícios de diretrizes que garantissem o direito a sua escolarização, visto que se tratava de pessoas com língua, cultura e identidade distinta, portanto, necessitava de um olhar diferenciado voltado para suprimento de suas precisões.

De acordo com Veloso e Maia (2009), ainda na idade média, posteriormente a esses registros, surge a publicação do primeiro livro sobre educação de surdos, abordando o método oral de Juan Pablo Bonet, defensor do ensino do alfabeto manual para as crianças surdas ainda muito pequenas, pois acreditava que a língua de sinais era essencial para educação desse grupo social.

Começa-se então a perceber a importância da língua de sinais como instrumento de extrema importância para que o surdo, ainda na infância, fosse capaz de compreender o que estava ao seu redor, além de grande contribuinte para o desenvolvimento do processo educacional, social, afetivo, cultural do surdo.

A Modernidade ficou marcada pela publicação do primeiro dicionário de sinais de Charles Michel L'Épée, considerado figura muito importante para a educação do surdo, protagonizando os primeiros estudos em caráter científico e o ensino por meio dos sinais metódicos. O seu método não excluía o uso da fala, mas reconhecia a língua de sinais como o instrumento mais apropriado para desenvolver o intelecto, o pensamento e a comunicação, passando assim a poder refletir e discutir sobre diversas coisas (FARIAS, 2006).

De acordo com Gonçalves e Santos (2012), os primeiros atendimentos aos surdos, já dando início a perspectiva da surdez como doença que precisava de

assistência médica, foram registrados na Europa, na França, logo em seguida se expandiram por outros países, inclusive no Brasil. Somente no século XII e início do XIX que os surdos puderam ter direito a escolarização e onde começam a registrar as primeiras metodologias adotadas para a alfabetização do surdo, pois até então todas as metodologias utilizadas eram mantidas em segredo. Houve, portanto nesse período da história um significativo avanço nas conquistas e reconhecimento do surdo como pessoa, cidadão e sujeito de direitos.

Porém, apesar do considerável desenvolvimento e progresso rumo à educação, junto com a contemporaneidade surge a visão clínica a respeito da surdez, “[...] equivocada quanto aos seus princípios, que procurava a todo custo acabar com aquilo que não podia ser tratado, curado”, como afirma Moura (2000, p. 26 apud GONÇALVES e SANTOS, 2012)

Partindo dessa visão, Philip Pinel, médico francês, considerado por muitos teóricos o pai da psiquiatria, exigia que se acabasse ou que diminuísse a surdez para que o surdo tivesse acesso ao conhecimento e fossem aceitos socialmente. O que era visto como diferença passou a ser visto como doença, conseqüentemente, sendo possível o tratamento para a sua cura, com isso também surgiu a compreensão equivocada que atribuía à herança genética a origem dos inúmeros distúrbios físicos e intelectuais.

Na perspectiva de uma doença que precisava ser aniquilada para que assim o surdo tivesse acesso ao conhecimento, todas as tentativas possíveis e impossíveis eram validas, levando-os ao sofrimento e em alguns casos a morte (VELOSO e MAIA, 2009).

Continuando com esse breve debruçar histórico, a idade contemporânea apresenta-se marcada por três registros muito importantes para a educação das pessoas surdas: o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo.

O oralismo, segundo Goldfeld (2002, p. 33), “visa à integração da criança surda na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a Língua oral”. Segundo essa metodologia somente a língua oral deveria ser utilizada na educação do surdo, os obrigando a esquecer da linguagem com as mãos e passando a usar apenas a linguagem oral, estendendo-se essa proibição às instituições escolares.

A supervalorização da oralidade é evidenciada no congresso de Milão em 1880, considerado o berço do Império oralista, onde foram exaltadas as vantagens

da fala e abolida completamente a língua de sinais, atribuído a seu uso a incapacidade da fala dos surdos, argumentando que os surdos eram “preguiçosos” para falar por isso preferiam usar a língua de sinais (VELOSO e MAIA, 2009, p. 45).

O oralismo foi imposto aos surdos vislumbrando a possibilidade de serem aceitos socialmente, porém só se conseguiu deixar a maior parte desses sujeitos à margem de uma possibilidade educativa, de desenvolvimento e integração social bem como a identificação cultural, transformando-os em ouvintistas, provocando em meio a essas pontuadas consequências, o afastamento de todos os profissionais surdos do meio escolar (GOLDFELD, 2002).

No começo do século XX, com os primeiros relatos do fracasso do oralismo surge no cenário discursivo da educação de surdos a comunicação total, que para Goldfeld (2002) tratava-se de uma metodologia que defendia a utilização de qualquer recurso linguístico, seja a língua de sinais, a língua oral ou códigos manuais para facilitar a comunicação com as pessoas surdas, pois acreditava que apenas o oralismo não era capaz de promover o pleno desenvolvimento da criança surda. A comunicação total também é vista como o primeiro passo para o surgimento da luta pelo bilinguismo.

No Brasil, o trabalho de educação voltada para o surdo teve início com a chegada do mestre Frances Eduard Huet (1822 – 1882), que sob o consentimento do imperador Dom Pedro II, visou a abertura de uma instituição escolar para pessoas surdas. Assim, fundou no Rio de Janeiro a primeira escola para surdos, o Instituto de Educação dos Surdos (INES) em 26 de setembro (atualmente comemorado o dia do surdo, data de lutas e garantia de direitos) de 1857, a qual utilizava como método de ensino a língua de sinais (VELOSO e MAIA, 2009).

Diante de tudo, lamentavelmente podemos inferir que ainda hoje a surdez parece continuar sendo tratada como uma doença com características genéticas e com promessas de cura e reabilitação, respeito e igualdade social, fazendo com que muitos surdos em busca de aceitação por uma sociedade preconceituosa, regida por uma língua e cultura dominante padrão e medo de mais uma vez serem discriminados, marginalizados e excluídos têm abandonado a sua cultura e língua, ou seja, a sua identidade surda.

Durante mais de cem anos a história da educação do surdo e a língua de sinais foi marcada por avanços e retrocessos, devido à persistência dos defensores do oralismo, mas com o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação

através da lei nº. 10.426 de 24 de abril de 2002 e a sua regulamentação pelo decreto nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 culminaram o caminho para o fortalecimento da proposta de educação bilíngue para pessoa surda.

3 BILINGUISMO

Bilinguismo é uma proposta para educação do indivíduo surdo que se opõe a comunicação oral e ao oralismo, antes adotados como mecanismos de escolarização, defende a ideia de que a língua de sinais é a língua natural dos surdos por ser adquirida por eles de forma rápida e espontânea, por isso é considerado o método que valoriza primeiro a língua de sinais e só depois que se ensina a língua oficial do seu país (GOLDFEKD, 2002).

Tal perspectiva metodológica advoga a favor de um espaço reservado exclusivamente para sua utilização no campo educacional sempre se opondo a mistura da língua de sinais a língua oral, visto que a educação que tem sido oferecida ao estudante surdo ainda tem privilegiado a língua oral deixando a língua de sinais para segundo plano, ou seja, uma opção paliativa caso o estudante surdo não consiga obter êxito na linguagem oral.

De acordo com Gonçalves e Santos (2012), o bilinguismo possui como pressuposto básico a ideia de que o surdo deve ter sua educação/escolarização pautada no ensino da sua língua materna, a língua de sinais, como primeira língua e como segunda a língua oficial do seu país, além de ser apresentada como possibilidade de inclusão efetiva do surdo e garantia ao respeito a sua cultura e identidade¹.

Dessa forma, tal proposta defende um currículo escolar reorganizado, em uma perspectiva visuoespacial para que assim seja garantido ao estudante acesso aos conteúdos escolares na língua de sinais, pois de acordo com Machado (2009), frente aos perfis e desafios linguísticos, os surdos buscam nos signos e artefatos

¹ De acordo com Felipe (2009), a identidade surda é adquirida a medida que o surdo convive com sua comunidade, grupo de pessoas que compartilham metas comuns para melhoria de seus membros e trabalham para alcançar objetivos estabelecidos para valorização de sua comunidade manifestado por meio de sua língua, valores, regras de comportamento e tradições diversas, ou seja a mesma cultura.

visuais uma alternativa de mediação do conhecimento; o contato e a interação precoce com seus pares, o mais cedo possível, pois isso será para a criança um mecanismo facilitador e eficaz para a aquisição da língua, além de contribuir grandemente para a formação da identidade surda desses sujeitos (FERNANDES, 2012).

No cenário brasileiro, essa abordagem foi marcada pelo movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), porém só após a promulgação da lei nº 10.436/ 02, a qual atribui a Libras o status de língua oficial da comunidade surda e fundamentada pelo Decreto Federal nº 5. 626/ 05 iniciam-se no contexto nacional discussões abordando o respeito à linguística do surdo e o uso de sua língua nos espaços escolares promovendo o desenvolvimento de práticas de ensino a que viessem atender as especificidades do estudante surdo (LODI; LACERDA, 2009 e FESTA; OLIVEIRA, 2012).

Buscando atender as particularidades educativas e proporcionar o desenvolvimento pleno do indivíduo surdo, preparando-os para o exercício da cidadania de forma consciente e linguisticamente independente, além de um olhar prioritário para os estudantes surdos, deficientes auditivos e filhos de pais surdos, visando suprir suas necessidades diversas, surge à lei 5.016 de 11 de janeiro de 2013 que solidifica a concretização das escolas bilíngues almejadas pela comunidade surda.

A referida lei propõe que as escolas bilíngues para surdos utilizem a Libras, como primeira língua e a língua portuguesa escrita como segunda língua, ambas utilizadas para comunicação e instrução do estudante surdo nas atividades escolares, para o ensino de todas as disciplinas curriculares e em todos os níveis da educação básica.

Essas escolas bilíngues buscam, de acordo com a referida lei, preservar em seu currículo os mesmos componentes da Base Nacional Comum no currículo da escola (conjunto de conteúdos mínimos das áreas de conhecimento articulados aos aspectos da vida cidadã que devem constar nos currículos escolares, ou seja, o estudo da língua portuguesa, da matemática, etc), permitindo a sua adequação e complementação de acordo com as necessidades; garantir o componente curricular de Libras em todos os níveis da educação básica e disponibilizar aos estudantes atividades educativas, se desejarem, que o levem a oralização da língua portuguesa

em contra turno, não como obrigação, como acontecia outrora, mas de forma opcional e devidamente acompanhado por profissionais da saúde (BRASIL, 1996).

Nesse ambiente educativo, incluem em seu quadro administrativo e pedagógico professores/ instrutores de Libras, prioritariamente surdo para que haja valorização, respeito e propagação da cultura, comunidade e identidade surda; professores bilíngues (Libras - Português) que atuem em áreas específicas do conhecimento; tradutores e intérpretes de Libras e português, guias intérpretes quando necessário (BRASIL, 2013).

Frente a isso, o projeto político pedagógico (PPP) da escola bilíngue, de acordo com a lei 5.016/13 deve propor atividades de formação continuada em Libras, estudos surdos e culturais, envolvendo toda a comunidade escolar (docentes, a equipes gestora e de apoio da unidade educacional e demais agentes).

Assim, o bilinguismo na educação de surdos representa questões políticas, sociais e culturais porque os surdos, como afirma Wrigley (1996, p. 13 apud FERNANDES, 2012, p. 34), “[...] definem-se em termos linguísticos e culturais”, portanto através do bilinguismo podemos descobrir e compartilhar as culturas e identidades que se cruzam na comunidade escolar e posteriormente nos mais variados ambientes sociais.

Esta instituição escolar a qual nos referimos foi idealizada na perspectiva de educação bilíngue por diversos fatores, entre os quais o pressuposto de que através do uso do bilinguismo (língua de sinais e língua portuguesa escrita) na educação surda acontece um “aumento nas suas capacidades cognitivas e linguísticas, possibilitando melhores resultados educacionais que os conquistados com a linguagem oral” (SÁ, 1999 apud GONÇALVES e SANTOS, 2012, p. 233).

Em uma educação bilíngue o uso da Libras como primária ainda na infância possibilita ao surdo o desenvolvimento da capacidade de progredir plenamente, aprendendo a se comunicar, além de proporcionar a identificação com a sua cultura através da integração com seus pares adeptos da língua e cultura próprias do contexto social que os representa, surgindo assim a construção da identidade surda dentro do espaço escolar como um dos grandes objetivos educacionais (MACHADO, 2009).

Infelizmente, de acordo com alguns autores citados, Gonçalves e Santos (2014), Fernandes (2012), Cavalcante (2014), a proposta bilíngue ainda não tem sido entendida como rica possibilidade educativa em nossas escolas, pois a língua

de sinais parece ser inferiorizada e representada como uma segunda opção, caso o estudante surdo não consiga aprender a língua portuguesa, compreendida como língua superior, contradizendo a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos em seu artigo 10º, p. 5, ao afirma que:

[...] considera inadmissíveis as discriminações contra a comunidade linguística baseada em critérios como o seu grau de soberania política, a sua situação social, econômica ou qualquer outra, ou o nível de codificação, actualização ou modernização alcançada pelas suas línguas.

Frente a isso, assinalamos que nenhuma comunidade linguística pode se sobrepor a outra. Em virtude de posturas como essas, muitos surdos têm rejeitado sua cultura e identidade, o que também tem acarretado o processo de evasão da escola regular por sentirem-se diminuídos ou excluídos desse viés educativo.

A proposta bilíngue, ainda segundo Gonçalves e Santos (2012), é de extrema importância para garantia da escolarização de qualidade para os surdos, pois proporciona a aquisição de conhecimentos diversos e a formação consciente de seus direitos e deveres, preparação para o mercado de trabalho, possibilitando o desenvolvimento pessoal e social.

Dessa forma, os professores nessa perspectiva devem ser melhor preparados, possuindo dois ou mais cursos de formação continuada em Libras para facilitar o trabalho com o método bilíngue em sala de aula, viabilizando o progresso escolar do estudante surdo, por vezes impossibilitado pela falta de comunicação comprometendo automaticamente a formação e o processo de ensino e aprendizagem, por isso é de extrema importância para educação do surdo que o bilinguismo se torne realidade nas nossas escolas para que haja transformação desses estudantes objetivando a valorização e o orgulho de sua cultura e identidade surda.

Portanto, apresentamos os ideais do bilinguismo como mecanismos capazes de promover a inclusão dos estudantes surdos nas escolas regulares e na sociedade em geral, visto que encontramos nos estudos em tela a evidencia das perspectivas bilíngues como eficazes de proporcionando significativos avanços na educação de surdos.

Assim, como já discutido anteriormente ao se pensar em programas bilíngues de educação para surdos, segundo Fernandes (2012), também tem se defendido a

ideia do biculturalismo para surdos, ou seja, o reconhecimento de que a comunidade surda tem uma cultura própria em desenvolvimento, mas que também necessita apropriar-se da cultura ouvinte-dominante, tornando-se um sujeito bicultural.

Dessa forma, segundo a autora, não ocorre subjugação a nenhuma cultura, mas um processo de adaptação social em busca de enriquecimento nas interações sócio-cognitivas e emocionais além do desenvolvimento do respeito, compreensão e valorização mútua entre culturas para que assim, todos os sujeitos possam interagir em um contexto de convívio harmonioso, pacífico e de construção de conhecimentos das diferentes culturas, não como deficiente, mas como alguém que possui uma cultura rica, que possui valores e língua própria em vez de rejeitar e ocultar a sua surdez buscando se igualar, na ótica do direito, ao ouvinte.

4 ALFABETIZAÇÃO DO SURDO NA CONTEMPORANEIDADE

Uma das etapas mais importante da escolarização de uma pessoa é a alfabetização, pois esta se constitui como um processo em que o estudante estará ingressando em uma nova etapa, conhecendo novos caminhos, entrando efetivamente no mundo das letras. Desta forma, esta é uma fase complexa em que as crianças surdas costumam apresentar muita dificuldade diante desse processo.

Segundo Alvez, Damázio e Ferreira (2010), o processo de alfabetização do surdo na contemporaneidade, em uma proposta de educação inclusiva, acontece na sala de aula comum em língua portuguesa diariamente e na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Geralmente tal atendimento é realizado durante duas vezes por semana, no contra turno, de ensino regular visando uma ação conjunta favorecendo a aprendizagem plena dos estudantes, sendo necessária a elaboração de um plano de trabalho onde seja oferecida a base conceitual em libras dos conteúdos curriculares desenvolvidos na sala de aula comum, buscando sempre contribuir para que o estudante surdo participe das aulas e desenvolva o seu potencial cognitivo, afetivo, social e linguístico propiciando a interação e a troca de conhecimentos entre o professor e os colegas.

Essa proposta para a alfabetização dos surdos nos leva a refletir se o contato em dois dias semanais com duração de apenas uma hora (como ocorre no AEE) é

suficiente para que o aluno surdo seja alfabetizado na língua portuguesa e na língua de sinais, a Libras, simultaneamente como propõe o Decreto 5.626/ 05. Sendo a alfabetização uma das etapas mais importantes da escolarização, não ocorrendo de forma significativa, os estudantes surdos talvez não consigam adquirir os demais conteúdos que serão ministrados durante toda educação básica acarretando consequências irreparáveis para o desenvolvimento do surdo.

De acordo com Alvez, Damázio e Ferreira (2010), o professor da sala de aula comum tem que buscar recursos e materiais diversos para proporcionar um ambiente propício à aprendizagem de todos os estudantes, porém o que podemos inferir frente às discussões apresentadas é que parece ainda ser recorrente a segregação dos estudantes surdos no contexto das salas de aulas da escola regular onde a responsabilidade da alfabetização tem sido destinada aos intérpretes educacional de Líbras cujo papel de acordo com Quadros (2004, p.56) consiste em “[...] intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes”, todavia, acabam desempenhando o papel de professor porque os estudantes surdos não tem domínio da Líbras, sua língua materna para que aconteça a interpretação.

Os estudantes surdos ao ingressarem na escola geralmente possuem pouco ou nenhum conhecimento de Libras, por consequência, torna-se praticamente impossível à alfabetização e conseqüentemente a aquisição de novas aprendizagens resultando em constantes e crescentes prejuízos no desenvolvimento do surdo, que segundo Dizeu e Caporali (2005, p. 588) “[...] essa língua fornecesse a criança surda à oportunidade de ter acesso à aquisição de linguagem e de conhecimento de mundo e de si mesma”.

Os resultados negativos produzidos por esta prática de alfabetização que têm sido aplicadas são visíveis, basta observar quantos surdos estão inseridos nas faculdades, ou melhor, quantos surdos ingressam e concluem a educação básica, com isso acreditamos que os surdos frente aos desafios diários por não possuírem um processo de alfabetização satisfatório continuam segregados nas nossas salas de aulas, nas nossas escolas e na nossa sociedade, permanecendo marginalizados e excluídos nas diferentes instancias da vida.

Em função dessa deficiência da escola e práticas pedagógicas na alfabetização em libras os surdos chegam às outras etapas da educação básica trazendo consigo varias dificuldades, não apenas na língua portuguesa, mas

também no domínio da sua própria língua, desenvolvendo um processo que tem provocado para surdo perdas irreversíveis nos aspectos cognitivos, sócio – afetivo, linguísticos, políticos, culturais e na aprendizagem (ALVEZ, DAMÁZIO e FERREIRA, 2010).

Infelizmente, ainda estamos tratando o surdo como um ser doente, plausível de cura e não como ser diferente que possui língua e cultura diferente com potencialidades e limitações apenas surda, pessoas que segundo Boa ventura de Souza Santos (1997, p. 122 apud Fernandes, 2012) “[...] tem o direito de ser igual quando a diferença os inferioriza e o direito de ser diferente quando a igualdade os descaracteriza”.

Esquecemos que a escola tem uma grande contribuição e importância na inclusão do surdo na sociedade, portanto, o fracasso do processo educativo e social dessas pessoas nos parece originar de concepções pedagógicas de escolas e práticas fracassadas, até então adotadas, impedindo o trabalho de todos que buscam a efetivação da escolarização do surdo, assim sendo, o foco do trabalho tem que ser uma mudança para oportunizar não só o cesso à escolarização, mas a permanência do surdo na escola para efetivação da educação.

Portanto, ressalta-se a urgência em desconstruir e modificar os modelos conservadores das escolas segregadoras comuns em escolas bilíngues desde o início do processo de alfabetização visando proporcionar ao surdo a oportunidade de adquirir habilidades para a vida cotidiana.

Segundo Dizeu e Caporalli (2005, p. 586), “é preciso mudar o foco do trabalho com os surdos e esse trabalho deve ser centrado no desenvolvimento da linguagem”, portanto, assim como as crianças ouvintes que desde muito cedo tem contato com a sua língua materna, a oral, sendo permitida a comunicação e vivência de situações diversas com o meio, a criança surda deve ter a mesma oportunidade garantindo seu desenvolvimento pleno.

5 A ALFABETIZAÇÃO DO SURDO EM ESCOLAS BILÍNGUES

De acordo com o Decreto 5.626/ 05, os surdos têm direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Libras e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução e que o acesso às duas

línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo (BRASIL, 2005).

O processo de alfabetização do surdo ocorrendo nas escolas bilíngues seria, em nosso entender, com certeza um grande passo para a transformação e progresso da educação surda, visto que a abordagem do ensino em língua de sinais como primeira língua e língua portuguesa escrita como segunda da escola bilíngue, proposta pela lei 5016/13, anteriormente explanada no processo de alfabetização ainda na infância do surdo é de extrema importância para a garantia da escolarização e do desenvolvimento integral.

As escolas bilíngues, além de muito importante para o desenvolvimento do surdo e do ouvinte é grande contribuinte do biculturalismo, promove a convivência, desenvolve o respeito pela cultura e identidade de cada grupo e oferece base para aquisição da língua considerada majoritária, a língua portuguesa, em sua modalidade escrita.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Linguístico (1996, artigo 24º, p. 9), “Todas as comunidades linguísticas têm direito a decidir qual deve ser o grau de presença da sua língua [...]”, por isso, tais instituições educativas oferecem ao surdo, autonomia para escolher onde deseja estudar e em que língua deseja ser instruído, ou seja, possibilita ao sujeito a oportunidade de escolher entre continuar na escola bilíngue tendo como língua primária a Libras ou se deseja ir para uma escola regular onde o ensino será ministrado com base na língua portuguesa e passado ao surdo com o auxílio de um intérprete educacional da língua de sinais, depois da realização do seu processo de alfabetização na escola bilíngue onde receberá preparação em ambas as línguas para poder ingressar e desenvolver-se em uma escola regular, se assim desejar.

A escola bilíngue não exclui a escola inclusiva, ela é acessível a todos, aos surdos e aos ouvintes, mas por sua prioridade ser os estudantes surdos e os deficientes auditivos filhos de pais surdos, à vista disso, toda a sua estrutura e organização foi pensada para poder proporcioná-los desenvolvimento educacional e social; construção da identidade; respeito, valorização e compreensão da cultural surda e garantia de sua escolarização desde a alfabetização (BRASIL, 2013).

Frente a essa afirmativa, o ambiente escolar bilíngue objetiva que o estudante surdo desde criança possa se identificar com a sua língua materna e possa aprender a sinalizar tão rapidamente quanto as crianças ouvintes aprendem a falar, facilitando

a alfabetização na língua de sinais e conseqüentemente na língua portuguesa, quebrando estereótipos vinculados à língua de sinais como língua inferior e contribuinte para a percepção da mesma como diferente, porém de igual valor.

A garantia de um componente curricular de Libras proposto pela lei 5016/13 é muito importante para o surdo, pois de acordo com Dizeu e Caporali (2005, p. 588), “No momento em que a criança adquire sua língua natural ela se torna capaz de realizar o aprendizado de uma segunda língua, tornando-se um ser bilíngüe”, além de proporcionar um melhor desenvolvimento integral e identificação, valorização e respeito à língua identidade, comunidade e cultura surda.

Podemos, a partir das ideias de Dizeu e Caporali (2005), compreender que se as crianças em sua formação inicial não tiverem acesso à língua de sinais correrá o risco delas não progredirem e de principalmente não sentirem-se incluídas na sociedade.

A língua de sinais, quando adquirida nos primeiros anos de vida, fornece à criança surda um desenvolvimento pleno como sujeito, porém, quando sua aquisição é tardia, o surdo encontra algumas dificuldades na compreensão de um contexto complexo: pensamento abstrato, desenvolvimento de sua subjetividade, evocação do passado, entre outras (p. 595).

Ainda segundo esses autores, as crianças surdas que não tiveram acesso a sua língua materna estão destinadas a um mundo solitário, pois crescem e se tornam adultos sem nenhuma perspectiva de vida dependendo da família e com pouquíssimas possibilidades de conseguir elaborar, organizar e expressar pensamentos e sentimentos, além da difícil possibilidade de acessão profissional e educativa, portanto a Libras deve ser inserida na vida das crianças a partir dos primeiros anos de vida devido a sua considerada importância para o desenvolvimento educacional, social, cultural e sócio-familiar, pois quando a criança surda não recebe suporte familiar adequado ela tende a apresentar resultados insatisfatórios quanto ao desenvolvimento da linguagem e da comunicação.

O acesso à língua portuguesa escrita proposta da lei 5016/13, sendo aplicado desde a alfabetização do surdo na escola ressignifica a escolarização e inserção social do surdo, pois estamos inseridos em uma comunidade ouvinte, portanto para que possam fazer parte das relações sociais não podemos isolar o surdo no mundo

surdo, é preciso ter acesso também à língua majoritária de seu país que lhe proporcionará aquisição de conhecimentos e integração com o meio.

A proposta de professores preferencialmente surdo fluentes em Libras e na Língua Portuguesa escrita, lei 506/13, é muito importante para escolarização do surdo, pois por ser surdo há uma maior identificação com as necessidades educacionais dos estudantes, podendo melhor intervir e por ser representante da identidade, comunidade e cultura surda, acontece imediatamente, segundo Fernandes (2012), a identificação dos estudantes surdos com o professor pertencente mesma comunidade linguística e assim poderá ocorrer a elevação da autoestima do surdo e desenvolver o equilíbrio emocional, historicamente destruído.

A valorização da formação do profissional que atuará na escola bilíngue é muito importante para a alfabetização do surdo porque profissionais capacitados implicam melhor preparação para suprir as necessidades educacionais das crianças surdas na medida em que elas forem surgindo, com excelência, evitando a exclusão e segregação da criança surda por não saberem interpretar e nem atuar frente às dificuldades da criança surda.

No que tange a formação continuada desses profissionais que atuam nas escolas bilíngues a proposta da escola consiste em apostar em atividades de formação em Libras, estudos surdos e culturais, oferecimento de projetos que atendam as carências educacionais do surdo, de seus familiares, do corpo docente, de todos os profissionais do quadro administrativo da escola, tudo objetivando proporcionar a formação integral dos matriculados na instituição oferecendo profissionais extremamente capacitados e competentes.

Pensando na formação do surdo a escola bilíngue aborda o uso de multimídia, materiais didáticos e paradidáticos em Libras e em língua portuguesa como recurso de inclusão do surdo nas atividades escolares, as quais utilizadas no processo de alfabetização do mesmo torna-se grande contribuinte para exploração dos recursos visual espacial e o português escrito para que assim aconteça a alfabetização do surdo na Língua de sinais simultaneamente a língua portuguesa como determina o Decreto 5.626/10.

CONCLUSÃO

Após o levantamento bibliográfico, diante de tudo que foi estudado e problematizado, apresentamos algumas considerações do presente trabalho, acreditando na continuidade das discussões que o estudo propõe.

Concluimos que a alfabetização, o desenvolvimento educacional, o desenvolvimento profissional e a inserção social do surdo caminham juntos, portanto não há como pensá-los isoladamente.

Como podemos perceber a escola bilíngue em suas perspectivas, didáticas, metodologias e pedagógicas foi pensada para poder proporcionar ao surdo à alfabetização (domínio de um sistema de signos e das habilidades de utilizá-los para ler e escrever) e o desenvolvimento do letramento, processo que vai além da alfabetização, pois objetiva desenvolver e aperfeiçoar a língua em várias práticas sociais, ou seja, busca trazer consciência política, econômica e cultural para os sujeitos e a comunidade surda para que ele não seja mais um reprodutor de pensamentos alheios e frases feitas, por conseguinte, visa prepará-lo para o exercício da cidadania, de forma consciente para que ele seja linguisticamente independente.

Além de contribuir para a garantia da continuidade dos estudos dos surdos nas demais etapas e modalidades de ensino, pois de acordo com Stumpf (2008, p. 23), para que vários e não alguns surdos tenham “sucesso” é preciso que a escola proporcione a todos as condições de superação da exclusão.

Considerando significativo o número de surdos que se evadem das escolas porque não tiveram uma melhor preparação para estarem naquele lugar ou por terem sido expostos apenas à língua oral e por não terem desempenho satisfatório com está, sentem-se excluídos, segregados, diminuídos e despreparados, nos parece ser este o motivo pelo qual os estudantes surdos se identificam com os trabalhos braçais e abandonam as escolas.

A efetivação da alfabetização do surdo na educação bilíngue propicia o desenvolvimento linguístico, educacional, cognitivo, emocional, psicossocial, familiar, cultural e a formação da identidade das crianças surdas a partir do uso da Líbras.

É notório que as nossas escolas e propostas educacionais parecem ainda se direcionarem sobre bases frágeis de efetivação de práticas para o trabalho com o

indivíduo surdo, pois não lhe oferecem melhores condições para que o mesmo se desenvolva e consolide a sua língua e identidade.

Por isso a luta por parte de todos que se envolvem no processo de garantia de direitos (pais, professores e intérpretes da língua de sinais, surdos, assessores do parlamento e integrantes da comunidade surda) para que a lei 5016 de 11 de janeiro de 2013, que estabelece as escolas bilíngues finalmente saia do papel.

Para que assim o surdo possa dispor de recursos humanos e materiais necessários (professores melhor capacitados; métodos e manuais pedagógicos mais adequados; financiamento; edifício; equipamentos e meios tecnológicos inovadores) para alcançar o seu desenvolvimento educacional garantindo o respeito a sua diferença para que possa ser enxergado como ser possuidor de pensamento e se expressar através de suas singularidades (Linguísticas) sem sofrer nenhuma repressão.

ABSTRACT

Considering the various difficulties so we can provide quality schooling and literacy for the deaf and taking into account that most of the measures taken for this purpose has directed exclusion; this study discusses the prospect of bilingual school as the best way to provide a true literacy using sign language - LIBRAS (as a first language) and written Portuguese language in the education of the deaf process. Through a literature review, which according Michaliszyn, TOMASINI, 2009, p. 51, "This is research developed from theoretical references that appear in the book, articles, documents, etc.", authors like: ALVEZ, DAMÁZIO and FERREIRA (2010); GONÇALVES (2012); MACHADO (2009); STUMPF (2008); GONÇALVES, SANTOS (2012) FERNANDES (2012) and others, in the period from June to November 2014, we analyze and reflect the process of literacy for the deaf children and how this process in bilingual schools contributes positively, to provide a space where the whole structure and organization aims to prioritize the attendance of deaf student, to the social, educational and professional deaf.

Keywords: Bilingualism. Literacy. bilingual school

REFERÊNCIAS

ALVEZ, Carla Barbosa; DAMÁZIO Mirlene Macedo; FERREIRA, Josimário de Paula. **A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: Abordagem bilíngue na Escolarização de pessoa com surdez. Brasília, 2010.

BRASIL, Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em 10/09/2014.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf>. Acesso em 16/ 10/ 2014.

_____. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 09/09/2014.

_____. Lei 9394 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 06/ 11/ 2014.

_____. Lei 5.016 de 11 de janeiro de 2013. **Estabelece diretrizes e parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas à educação bilíngue para surdos**. 125º da República e 53º de Brasília, DF. Disponível em: file:///C:/Users/eu/Downloads/LD_%205.016_DIRETRIZES_POL_PUBLICA%20EDUCACAO_BLINGUE_SURDOS.pdf. Acesso em: 16/10/ 2014.

CAVALCANTE, Wanilda Maria Alves. **Fundamentos da Educação Surda**. Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/fundamentos_da_educacao_de_surdos_1354887964.pdf>. Acesso em: 14/ 08/ 2014.

DIZEU, Liliâne Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. **A língua de Sinais Constituinte o Surdo como sujeito**. Educ. Soc. Campinas, Vol.26. P. 583-597, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a14v2691>>. Acesso em: 30/ 09/ 2014.

FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e Bilingüismo**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012, 104 pg.

FARIAS, Severina Batista. **As tecnologias da Informação e Comunicação e a construção do Conhecimento pelo aluno surdo**. O surdo e o contexto educacional. João Pessoa. 2006. P. 34-50. Disponível em: <<http://www.ce.ufpb.br/ppge/Dissertacoes/dissert06/Severina%20Batista/SBF-DISSERTA%C7%C3O.pdf>>. Acesso em: 19/08/2014.

FELIPE, Tanya A. **Líbras em contexto**. Rio de Janeiro. Ed. 9º. 2009.

FENEIS, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. 2009. Disponível em: <http://www.feneis.org.br/page/Anexos/Cartilha_Dia_Nacional_Surdos.pdf>. Acesso em: 22/ 08/ 2014.

FESTA, Priscila Soares Vidal; OLIVEIRA, Daiane Cristiane. **Bilinguismo e Surdez: Conhecendo essa abordagem no Brasil e em outros países.** Revista Eletrônica do curso de pedagogia das faculdades OPET, 2012. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revistapedagogia/pdf/n4/ARTIGO-PRISCILA.pdf>>. Acesso em: 02/ 10/ 2014.

GÓES, Maria Cecília Rafael. **Linguagem, Surdez e educação.** 4ª Ed.: Campinas: Autores associados, 2012. P. 3-62.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 2. Ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GONÇALVES, Arlete marinho; SANTOS, Antonio Luis Parlandin. **Alfabetização da Criança Surda: Concepções e identidade.** Espaço do currículo. 2012. Disponível em:< <file:///C:/Users/eu/Downloads/14059-22541-1-SM.pdf>>. Acesso em: 02/ 10/ 2014.

LODI, Ana C. B. ; LACERDA, Cristina B.F. de (Orgs.). **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização.** Porto Alegre: Mediação, 2009, 160 pg.

MACHADO, Paulo Cesar. **DIFERENÇA CULTURAL E EDUCAÇÃO BILÍNGÜE: As narrativas dos professores surdos sobre questões curriculares.** Florianópolis, 2009. P. 63-109.

MYCHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI,Ricardo. **Pesquisa, Orientações e Normas para Elaboração de Projetos, Monografias e Artigos Científicos.** 5ª Ed. Petropolis, RJ. Vozes, 2009.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **FUNDAMENTOS DA DUCAÇÃO DE SURDOS.** FLORIANÓPOLIS, 2006. Disponível em: < <http://sistemachaplin.com.br/dados/arquivo/arquivo0000003.pdf>>. Acesso em: 05/ 10/ 2014.

QUADROS, Ronice Muller. **O tradutor e interprete de língua brasileira de Sinais e língua portuguesa.** Brasília/ DF. 2004.

STUMPF, Marianne Rossi. Mudanças Estruturais para uma Inclusão Ética. In: QUADROS, Ronice Muller (Org.). **Estudos Surdos III.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008. P. 56-80.

VELOSO Éden; MAIA Valdeci. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez: A história dos surdos.** 1ª ed. Curitiba-PR. Editora: Mãos Sinais, 2010.